

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA

Ao dia cinco do mês de fevereiro de 2025, às **13h e 30min reuniram-se, ordinariamente, os seguintes membros do Conselho Municipal de Previdência:** Juvenil Cassiano dos Santos, Edinalva da Conceição Silva, Antônio Marcos Ramos de Freitas, Sara Quirino Almeida, Edilene Barbosa Toríbio, Rita Sabina Guilherme da Silva. **Estiveram presentes também,** a Diretora Presidente Elizangela Sara Lana e o Controlador Interno Diego da Silva Carioca.

Pautas:

INFORMES DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA:

1. Escolha do Presidente e Secretário do Conselho;

INFORMES IPREV MARIANA

1. Agendamento do curso de certificação RPPS- 19 a 21/02/2025;
2. Prazo de 90 dias após a posse para apresentar a certificação RPPS (conforme previsto no termo de ciência assinado no ato da inscrição para eleição;
3. Ofício 12/2025: Solicitação ao Executivo de envio de Projeto de Lei ao Legislativo implementando o pagamento de JETON aos membros dos Órgãos Colegiados;
4. Necessidade em caráter excepcional de extensão da carga horária da Advogada Autárquica;
5. Aprovação do Plano de Ação, Plano de Capacitação e Plano de Auditoria do Controle Interno.

Elizangela cumprimentou a todos os presentes e iniciou a reunião com a primeira pauta dos informes do Conselho: **1. Escolha do Presidente e Secretário do Conselho:** informou que conforme o manual de certificação Pró-Gestão nível III determina que a Presidência do Conselho deverá ser exercida pelo representante do ente (Poder Executivo ou Poder Legislativo). Todos os Conselheiros concordaram que o conselheiro Antônio Marcos Ramos de Freitas assumira a presidência e a conselheira Sara Quirino de Almeida seja a secretária. **Edilene** se manifestou se prontificando em auxiliar no que for possível. Prosseguindo, Elizangela disse que o Sr. Elói não poderá continuar no Conselho em razão do desligamento do SAAE por ter completado 75 anos. Como o Sr Elói já havia se aposentado pelo INSS em 2017. Caso ele fosse aposentado do IPREV compulsoriamente ele poderia permanecer no conselho, porém ele usou 3 meses do

cargo de concurso para se aposentar no INSS na época. Sendo assim o Instituto teve que indeferir a sua aposentadoria. **Diego** complementou explicando que o servidor estatutário não pode ter o tempo fracionado, ou seja, aposentar-se em outro regime utilizando esse tempo, conforme previsão no Estatuto e na EC 103/2019, pois perde o direito de aposentadoria no RPPS. Prosseguiu relatando que há um tempo atrás o INSS comunicava ao Município quando um servidor aposentava lá, ocorre que em razão de diversos fatores, não está mais sendo feita essa comunicação. Sendo essa última informação confirmada por Elizangela. Contudo, o Instituto, na pessoa de Elizangela como Diretora Presidente, lamentou o ocorrido e elogiou a atuação do Sr. Elói como Conselheiro agradecendo por sua contribuição e dedicação ao Conselho e ao Instituto. Passado esse momento, após discussões, ficou decidido que a eleição por aclamação é a melhor opção para decidir quem será o conselheiro que irá substituí-lo na suplência. Prosseguindo, passou-se para as pautas dos informes do IPREV Mariana e os assuntos referentes à primeira e segunda pautas foram discutidos ao mesmo tempo. **1. Agendamento do curso de certificação RPPS- 19 a 21/02/2025 e 2. Prazo de 90 dias após a posse para apresentar a certificação RPPS (conforme previsto no termo de ciência assinado no ato da inscrição para eleição):** Elizangela informou que o curso está agendado para os dias 19,20 e 21 desse mês e que está programado para ser no Centro de Convenções. Disse ainda que serão disponibilizadas 30 vagas no curso, sendo 25 vagas destinadas para os conselheiros e membros do Comitê, quanto ao restante das vagas, explicou que alguns servidores efetivos do Instituto manifestaram interesse em participar do curso e em conversa com eles, ficou alinhado internamente que fariam o curso em um outro momento ficando acordado que essas 5 vagas restantes seriam disponibilizadas via edital para outros servidores do Município. Em razão disso, ficou decidido que será divulgado um edital disponibilizando essas vagas para que os interessados se inscrevam. Quanto ao assunto da segunda pauta, **Elizangela** lembrou os presentes sobre o prazo de 90 dias a partir da posse e que observem que falta aproximadamente 60 dias para apresentar a certificação RPPS conforme previsto no termo de ciência assinado por eles no ato da inscrição para a eleição. Nesse momento, **Edilene** se manifestou reforçando que mediante a isso, a participação dos conselheiros no curso deverá ser obrigatória e a impossibilidade de participação deverá ser



comprovada mediante justificativa por motivo de força maior. **Elizangela** concordou com a manifestação de Edilene e prosseguiu com a reunião passando para a terceira pauta: **3. Ofício 12/2025: Solicitação ao Executivo de envio de Projeto de Lei ao Legislativo implementando o pagamento de JETON aos membros dos Órgãos Colegiados:** **Elizangela** fez um relato sobre o envio do referido Ofício ao executivo, mencionando brevemente como ocorreu a reunião de transição com o novo prefeito, onde o tema foi discutido. Nesse momento, **Edilene** pediu a palavra e manifestou sua insatisfação em relação à percepção que ela observa que se tem sobre a relevância dos conselheiros titulares e suplentes. Para ela, ambos têm igual importância. **Edilene** finalizou suas considerações afirmando que é fundamental e urgente debater adequadamente essa questão, ressaltando que todos os conselheiros devem ter a convicção de que tanto os titulares quanto os suplentes têm a mesma relevância, e que a presença nas reuniões é crucial para ambos. Ela enfatizou que a participação do titular em uma reunião não deve afastar o suplente; ao contrário, é desejável que ambos estejam presentes. Todos concordaram com as colocações de Edilene. Prosseguindo, passou-se para a quarta pauta: **4. Necessidade em caráter excepcional de extensão da carga horária da Advogada Autárquica:** **Elizangela** comunicou que atualmente a carga horária da Advogada é de 20 horas semanais. Ela mencionou que a profissional encaminhou um documento alegando que no momento que essa carga horária está sendo insuficiente para o cumprimento de todas as atribuições de sua responsabilidade e outras demandas do Instituto em que a mesma auxilia. **Elizangela** comentou ainda que, em um momento passado, ocorreu algo parecido e que foi preciso, para o advogado anterior, gerar banco de horas e reforçou que a advogada do IPREV é muito dedicada e eficiente. Que a proposta de hora extra é para sanar as demandas do Instituto. Sara disse que nos momentos em que esteve em contato com a advogada percebeu que a mesma é eficiente. Edilene perguntou quais seriam essas demandas além das relacionadas ao cargo que justificariam um aumento nas horas. Nesse momento, **Diego** pediu a palavra e disse que o que ocorre é que a Diretoria Administrativa Financeira está enfrentando uma demanda maior com relação as contratações, e por isso ocorreu a solicitação, no sentido de realizar uma força tarefa para resolver algumas demandas. Após discussões, os conselheiros, não encontraram



uma justificativa legal convincente, decidiram de forma unânime serem contrários ao pagamento de horas extras, sugeriram o banco de horas excepcionalmente, sugerindo, em vez disso, a contratação de uma consultoria jurídica para aliviar a carga da advogada ou a realização de um concurso público para adicionar um novo advogado à equipe e compartilhar as responsabilidades. Por fim, passou-se para a quinta pauta. **5. Aprovação do Plano de Ação, Plano de Capacitação e Plano de Auditoria do Controle Interno para 2025:** Foi projetado os documentos em tela do projetor para melhor compreensão dos Conselheiros e Elizangela e Diego explicaram sucintamente sobre cada um dos documentos. **Sobre o Plano de Capacitação, Elizangela** contextualizou toda a situação com relação aos eventos previstos para participação e qual a disponibilidade de saldo para a compra das passagens aéreas. Solicitou que os conselheiros definissem como se dará a escolha de quais os conselheiros que irão participar de cada evento o mais rápido possível para que as passagens aéreas possam ser compradas com antecedência e menor custo. Reforçou que os eventos que estão no plano são sugestivos e não taxativos e que pode ser alterado caso apareça outros eventos mais relevantes no decorrer do ano. **Elizangela** também apresentou o Plano de Ação para o ano de 2025 e os conselheiros disseram que como receberam previamente o documento por e-mail não tem nenhuma dúvida ou sugestão e que aprovam ambos os planos. **Elizangela** passou a palavra para Diego e solicitou que ele explicasse brevemente para os presentes sobre o relatório e o Plano de Auditoria do Controle Interno. **Diego** explicou que esse relatório mensal explica, de forma geral, tudo que aconteceu dentro do Instituto, como a quantidade de aposentados, carteira de investimentos, receitas e despesas, recomendações, dentre outros assuntos. Sobre a questão dos recursos do COMPREV, **Antônio Marcos** perguntou se é possível saber com antecedência qual é o valor é devido. **Elizangela e Diego** responderam que não é possível saber o valor futuro, só se tem uma ideia do que é devido nas planilhas disponibilizadas no sistema. Sobre as recomendações do Auditor da Certificação do Pró-Gestão Nível III, a gestão já está tomando as devidas providências para adequar. Destacou-se a recomendação do Município regulamentar referente as contribuições previdenciárias dos servidores que se encontram em licença sem vencimentos. Todos concluíram que é preciso trabalhar nisso. Destacou-se também a necessidade de melhor capacitação dos servidores do



Instituto em cursos específicos dentro da sua área de atuação. **Elizangela** reforçou que haverá uma Auditoria de Supervisão do Pró-Gestão em maio ou junho desse ano, e que há um risco caso não esteja em andamento as recomendações do Auditor, o Instituto poderá ser rebaixado ou perder a certificação do Nível III. **Edilene** questionou sobre a questão de o patrimônio do Instituto ser de mais de 400 milhões de reais e em crescimento, ter um Analista de Investimentos com pouca certificação. Na visão dela, um Analista de Investimentos deveria ter mais certificações, que à época da elaboração das exigências para o cargo, o Comitê de Investimentos não foi consultado. **Diego** reforçou sobre a necessidade de o Instituto avaliar melhor essa questão, inclusive em outras áreas dentro do Instituto. Prosseguindo, **Diego** concluiu sua apresentação do relatório e do Plano fazendo uma breve explicação sobre o funcionamento do Instituto, principalmente no que diz respeito à CRP (Certificado de Regularidade Previdenciária) e o que pode acarretar de negativo para o Instituto caso ele esteja vencido. Frisou também sobre a necessidade de atualização do Plano de Equacionamento do Déficit Atuarial. **Elizangela** disse que já foi conversado com o novo prefeito e está aguardando o novo Cálculo Atuarial pelo Atuário responsável para que o Executivo possa traçar estratégias. **Diego** disse que até então a informação, conforme relatório de projeção enviado pelo Atuário, tem é que o déficit em 2025 está acima de 900 milhões. No relatório da Avaliação Atuarial de 2024, o déficit estava em 841 milhões. **Antônio Marcos** disse que quando o FUNPREV foi criado era necessário que o Executivo tivesse colocado um certo valor para iniciar e na época não foi colocado por diversas razões. Que será preciso urgentemente fazer a reforma da Previdência e o Município precisará fazer um repasse maior, cumprindo com suas obrigações com o Instituto. **Elizangela** contextualizou dizendo que hoje com o Pró-Gestão nível III, a questão de o Presidente do Conselho ser o indicado do Executivo é justamente para que haja um melhor diálogo com o Executivo para que seja possível alinhar melhor sobre as necessidades do Instituto. **Edinalva** disse que, na visão dela, o Instituto é relativamente novo e é necessário que seja feita uma mobilização geral para conscientizar todos os servidores envolvidos quanto à importância da reforma. **Antônio Marcos** reforçou dizendo sobre a importância de se fazer Audiências Públicas para conscientizar as pessoas. Todos acharam a ideia muito boa. Por fim, perguntou se haveria alguma sugestão, não houve



e o Plano de Auditoria do Controle Interno foi aprovado. Nesse momento, **Elizangela** passou a palavra para **Diego** explicar de forma um pouco mais detalhado sobre o Plano de Auditoria do Controle Interno. **Diego** fez a leitura do documento e explicou alguns pontos abrindo para questionamentos e sugestões. Não houve manifestação. Ao concluir sua fala, **Diego** fez a observação final de que criar planos e realizar planejamento é muito importante, mas também é necessário ir além da documentação apenas no papel, não ficar apenas no campo da teoria, que para ter eficiência e eficácia é necessárias ações, as vezes ter mais cobranças, sermos insistentes para alcançar resultados mais satisfatórios. Ednalva concordou com a colocação do Diego e disse que na Secretaria que ela trabalha muitas vezes há planos excelentes, mas que muitas vezes acabam engavetados. **Sara** concordou com o Diego e deu exemplo da Comissão da Educação para que haja efetividade do que é discutido nas reuniões geralmente é elaborado um cronograma das ações para não ficar apenas na teoria. Diego reforça que na visão dele, não podemos ser muito pacíficos, e que, ao levar as demandas ao Executivo ou até mesmo dentro do próprio Instituto, apresentar também um cronograma com prazos e um plano de ação para que de fato as coisas saiam do papel e passem para a prática trazendo um resultado mais eficaz e eficiente. **Elizangela** concorda com a sugestão do cronograma e ressalta que anteriormente tivemos vários Prefeitos Interinos não tomaram providências nas questões reivindicadas e protelaram as medidas a serem tomadas, pois além dos mandatos curtos devido a interinidade, aguardavam a aprovação da PEC 38 ou da PEC 66 e que se fossem aprovadas seria apenas referendar a norma. Só que as referidas PEC's não tiveram andamento e acredita que o atual prefeito tomará as medidas necessárias em relação ao Instituto, conforme discutido na reunião de transição. E quanto as demandas do Instituto a Elizangela acata a sugestão de trabalhar com cronograma e reforça que necessita de maior colaboração e pró atividade das Diretoras. **Juvenil** concorda com a Diretora Presidente e ressalta que acompanhou a gestão como membro anterior do Conselho e ressalta que como esteve auxiliando internamente o IPREV na Contabilidade pode perceber que é necessário ajustar a Diretoria Administrativa Financeira e sugere mais capacitação para todos os envolvidos. **Juvenil** enfatiza que o IPREV necessita aperfeiçoar o processo de seleção da pessoa que vai ocupar o cargo, e pontua que deverá ser exigido



maior capacidade técnica e experiência nas atividades da Diretoria e também maior dinamismo e perfil de liderança. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião às 16h e 20min e eu, Giselle Cristina Carlos Gonçalves, redigi a presente ata que será assinada por todos.

Juvenil Cassiano dos Santos

Edinalva da Conceição Silva

Antônio Marcos Ramos de Freitas

Sara Quirino Almeida

Edilene Barbosa Toríbio

Rita Sabina Guilherme da Silva

Elizangela Sara Lana

Diego da Silva Carioca

